

ANC  
DS  
O peso de ouro

Traduzida para os miudos da realidade brasileira e o que dela se pode esperar no futuro previsível, a proibição de que empresas estrangeiras explorem as riquezas mineiras, decidida pela Constituinte, significa bem menos do que aparenta para muitos, como medida de defesa da sociedade brasileira e das suas aspirações de uma democracia justa, moralizada e sólida.

Em termos práticos e imediatos, todo o patrimônio mineral importado ficou sob o domínio de quatro grandes mineradoras e, secundariamente, de um punhado de mineradoras de porte médio. As primeiras, ligadas a interesses estrangeiros por múltiplos laços (nem sempre evidentes). Várias, no conjunto, são extensões das empreiteiras que controlam as obras públicas e obtiveram concessões fabulosas pelos mesmos métodos com que dominam as concorrências e preços das grandes obras.

Tal conquista sobre toda a riqueza mineral do país é a chave para entender-se que tantos integrantes, tantos dos outrora chamados "entreguistas", tenham oferecido a contribuição decisiva, pelo voto contrário, pela omissão tática, para a exclusão das mineradoras estrangeiras.

O lugar-comum "a peso de ouro" viu enfim as portas da frase exigente se abrirem ele, que encontrou, naquele instante da Constituinte, o seu momento glorioso de justificação literal. Ou não se entenderia que contribuissem para aprovação da tese nacionalistas constituintes como Adolfo Oliveira, Aloysio Chaves, Humberto Lucena, Cesar Cals Neto, entre dezenas de outros da mesma linhagem; nem, muito menos, a contribuição de quase todo o time dos amigos de Sarney a qualquer preço (bem entendido, sem trocadilho), como Alexandre Costa, Edison Lobão, Marcondes Gadelha, Albérico Filho, Homero Santos, Heráclito Fortes e, desprezando outros para chegar logo ao inequívoco, Sarney Filho. Notável também, mas considerada então uma das outras linhagens da Constituinte, foi o comportamento do "peemedebista de esquerda", como em geral o rotulam, José Serra. Desta vez ele não teve "uma endoscopia marcada há 15 dias", para não comparecer à votação, como fizera quando se tratou de definir empresa nacional. Foi lá e

deu o seu voto —favorável ao capital estrangeiro.

Na pronta avaliação que fez da medida adotada pela Constituinte, o consultor Saulo Ramos considerou-a inócua, porque "basta as empresas estrangeiras adotarem testas-de-ferro". A idéia que logo lhe ocorreu não trai o que o notabilizou. Mas não procede. Com a nacionalização, testas-de-ferro poderiam dar às empresas aspectos legais de brasilidade, é claro, mas com isso mesmo estariam deixando de atender ao principal objetivo do capital estrangeiro em qualquer ramo, que é a remessa legal de lucros para o exterior. A evasão clandestina poderá ser feita em muitos casos, apenas continuar, sujeitando os responsáveis, no entanto, à ação penalizadora de um governo que se volte para os interesses, não dos empresários amigos, mas do país. Este e muitos outros efeitos econômicos a nacionalização, por certo, produzirá, aí incluídos, talvez, alguns percalços nas relações internacionais.

Muito aquém, do que nela têm visto seus entusiastas, são os efeitos políticos e institucionais que promete. O pequeno grupo beneficiado pela exclusão dos estrangeiros concentra o que há de mais retrógrado e imoralmente participante na vida institucional e política do Brasil. É sobretudo deste grupo que vêm as fortunas que conspiram as eleições brasileiras. Só para dar um exemplo, foi dali que veio a massa de dinheiro que determinou o resultado da última eleição para os governos de Minas e Estado do Rio, do que pode dar provas cabais o honrado senador mineiro Itamar Franco, então derrotado. A devastação de que são vítimas os povos indígenas, o combate ao humanismo que em vão tenta defender o que resta dos índios, procedem, invariavelmente, daquele pequeno grupo. Muito menos do que identificável com o militarismo do Conselho de Segurança Nacional, o projeto "Calha Norte" se identifica, desde a origem mesma, com interesses mineradores, e os de uma empresa em especial. Não é necessário dizer muito mais deste grupo para concluir que, ainda mais fortalecido agora pelo domínio da grande riqueza mineral brasileira, dele não se pode esperar que mude sua linha de ação política e institucional. Muito pelo contrário, mais do que nunca haverá ouro para pesar nas grandes decisões nacionais.